Lei nº: 2.212, de 17 de junho de 2024.

Altera dispositivos da Lei Ordinária nº 898, de 01 de março de 2010, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o artigo 9º, da Lei Ordinária nº 898, de 01 de março de 2010, que que passa a vigorar com a seguinte redação.

"Art. 9º. O pagamento do Programa será feito em 12 (doze) parcelas, a contar da celebração dos Termos de Convênio."

§1º A execução conclusiva dos recursos transferidos, na forma desta Lei, deverá ocorrer até 31 de dezembro do ano em que houver sido efetivado o repasse, salvo ulterior deliberação.

§2º As devoluções de recursos à Secretaria de Educação, motivadas por extinção, paralisação, fusão de escolas ou qualquer outro motivo, deverão ser efetuadas na Agência do Banco do Brasil local, mediante a utilização de documento arrecadatório próprio, em conta a ser definida pelo Poder Executivo.

§3º Os valores devolvidos, aludidos no parágrafo anterior, deverão ser registrados nos instrumentos de prestação de contas, seguidos dos comprovantes bancários de tais restituições, para apresentação da Secretaria de Educação.

§4º A possível reprogramação de saldo remanescente do PMMDE será alvo de análise e parecer autorizatório da Secretaria de Educação."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Eusébio-CE, aos 17 de junho de 2024.

Acilon Gonçalves Pinto Júnior
Prefeito Municipal